



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marcelo Dias Carcanholo¹	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
O trabalho pretende discutir quais são o caráter e a especificidade da crise atual pela qual passa a economia capitalista mundial. Trata-se de, a partir da natureza geral das crises no capitalismo, identificar a especificidade da lógica do capitalismo contemporâneo, tanto em suas fases de relativo crescimento quanto em seus momentos de reversão. Como base nisso, procura-se mostrar que a especificidade da crise atual se relaciona, dentre outras características, com a lógica do capital fictício. Adicionalmente, assumindo o caráter cíclico da economia capitalista, é pretensão discutir quais seriam as formas a partir das quais o capital reconstruiria sua retomada cíclica, destacando os impactos disso para os trabalhadores e para a relação centro-periferia do capitalismo mundial.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Crise; Marx; capitalismo contemporâneo			
ABSTRACT			
The paper discusses what the specificity and character of the current crisis of contemporary capitalist economy. The purpose is identify the specific logic of contemporary capitalism in both phases, in their relative growth and in their reversal moments, from the general natures of crisis in capitalism. It seeks to demonstrate that the specificity of the current crisis is related, among other features, with the logic of fictitious capital. Additionally, assuming the cyclical nature of capitalist economy, it discusses what would be the forms to rebuild their cyclical recovery, emphasizing their impacts for the labor class and for the center-periphery relation of world capitalism.			
KEYWORDS			
Crisis; Marx; contemporary capitalism			

A manifestação contemporânea da crise do capitalismo nos permite resgatar ao menos dois pontos fundamentais para o entendimento deste tipo específico de sociabilidade. Em primeiro lugar, torna claro o caráter inerentemente cíclico do processo de acumulação de capital. Em segundo lugar, e em função da própria característica cíclica das crises no capitalismo, explicita a teoria marxista como aquela que melhor entende esse funcionamento. Iniciemos pelo primeiro aspecto.

O processo de acumulação de capital não é um processo linear, sem percalços, por onde a reprodução ampliada do capital se processa sem nenhuma perturbação. Ao contrário, como toda lei de funcionamento do capitalismo, tem um caráter tendencial². Isto significa que todo processo de

¹ Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), e Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST).

² “Tendencies, in short, are potentialities which may be exercised or in play without being directly realised or manifest in any particular outcome. [...] A statement of a tendency, in other words, is not a conditional statement about something actual or empirical but an *unconditional* statement about something non-actual and non-empirical. It is not a statement of logical necessity subject to *ceteris paribus* restrictions, but a statement of natural necessity without qualifications attached. It is not about events that would occur if things were different but about a *power that is being exercised whatever events ensue*” (Lawson, 1997: 23, itálicos originais).

crescimento da economia capitalista se detém, em algum momento. A crise não é um evento ocasional, fortuito, exógeno, meramente probabilístico, como a teoria burguesa costuma retratá-lo³. Trata-se de um momento próprio da lógica do processo de acumulação de capital. As conseqüentes depressão/recessão que caracterizam as crises podem ser mais ou menos profundas, mas suas características permitem (re)construir (novas) bases para um novo processo de acumulação de capital, mais ou menos intenso. Este, por sua vez, desenvolve/complexifica novamente as contradições do capitalismo, que se desdobram em um novo momento de crise, e assim por diante. Isto define, objetivamente, as crises cíclicas do capitalismo como um fenômeno regular e necessário dentro deste tipo de sociabilidade.

A interpretação mecânica desta objetividade do capitalismo é, como sempre, indevida. Desta característica objetiva do processo de acumulação do capital não decorre um comportamento que permita antever com precisão o momento exato de cada uma das rupturas (crise e retomada), da mesma forma que o ritmo e a intensidade do crescimento e da depressão tampouco podem ser medidos de antemão. O fenômeno é objetivamente regular e necessário, mas sua manifestação conjuntural é determinada por especificidades e conjunturas dos momentos sócio-históricos específicos. A partir desta característica, a teoria social pode identificar suas leis de movimento, a causalidade dialética do processo de acumulação do capital e, inclusive, a relação destas com as respectivas casualidades e causalidades conjunturais.

As explicações para as crises cíclicas no capitalismo devem cumprir três requisitos, se é que pretendem, de fato, explicar o fenômeno da forma como ele, objetivamente, se apresenta.

O primeiro requisito é a explicação dos chamados processos cumulativos, que propagam os efeitos das inflexões/rupturas. Isto significa que a teoria deve entender que, após a retomada do processo de acumulação de capital, a economia capitalista continua crescendo simplesmente porque já vinha crescendo, isto é, porque ocorrem os efeitos propagadores/cumulativos do processo de crescimento; da mesma forma, a razão pela qual a recessão/depressão continua ocorrendo justamente porque a economia já se encontra em crise⁴.

O segundo requisito para uma teoria das crises cíclicas é a explicação dos momentos de ruptura/inflexão. Por que uma fase de crescimento da economia, em determinado momento, se detém, e esse processo se reverte, ou seja, por que o processo cumulativo de crescimento não ocorre

³ É clássica a identificação das manchas solares como causa das crises no pensamento de W. S. Jevons (1835-1882). Para ele, a cada período de tempo, a incidência dessas manchas solares determinava ciclos agrícolas específicos. Por mais caricato que isso possa parecer, a ideia de *sunspots* (manchas solares) é hegemônica hoje em dia na teoria econômica para representar a ocorrência de choques aleatórios inesperados na economia. Ou seja, do ponto de vista que nos interessa, como se fosse algo que estivesse estritamente no terreno da casualidade, sem nenhuma legalidade, determinação estrutural/causal; uma mera eventualidade.

⁴ Dos três requisitos para uma teoria da crise cíclica talvez este seja o mais simples de ser cumprido. De uma forma ou de outra, as teorias econômicas conseguem entender este processo cumulativo, grande parte das vezes com modelos que combinam o processo multiplicador keynesiano com o chamado processo acelerador.

ad eternum? Da mesma forma, por que a desaceleração pós-crise tampouco é eterna e, em algum momento, ocorre a inflexão que reconstrói um novo processo de crescimento? Utilizando a alegoria anterior, este segundo requisito exige entender porque o primeiro requisito não é absoluto, isto é, (i) porque a economia deixa de continuar crescendo por já estar crescendo e, (ii) deixa de sofrer os efeitos da crise por já estar em crise⁵.

O terceiro, e último requisito, é a síntese dialética dos dois anteriores. Além de explicar os processos cumulativos que propagam os efeitos das inflexões, e a ocorrências destas últimas, uma teoria das crises cíclicas deve - sob pena de não entender o fenômeno como ele é, algo regular e necessário no capitalismo - perceber que os pontos de ruptura (crise ou retomada) são consequência necessária das características específicas produzidas pela inflexão anterior⁶. Mais precisamente, determinado momento de crescimento da economia desenvolve/complexifica as contradições do capitalismo que se desdobrarão na crise, enquanto que as consequências desta construirão os elementos necessários para a retomada da acumulação de capital posterior. Justamente em função disso é que as crises cíclicas são fenômenos necessários e regulares no capitalismo.

Esta característica objetiva das crises no capitalismo, isto é, o fato delas serem desdobramentos dialéticos dentro de uma unidade (o processo de acumulação de capital), é o que concede à perspectiva marxista melhor capacidade de seu entendimento, uma vez que esta perspectiva não desdenha, esconde e/ou desqualifica as contradições reais do capitalismo. A partir delas é que consegue compreender a processualidade desse modo de produção.

1- A crise cíclica dentro de uma perspectiva marxista

O debate na perspectiva marxista a respeito das crises no capitalismo tem suas raízes no início do século XX⁷, dentro do que se pode chamar de debate clássico, e, por razões óbvias, é resgatado neste início de século XXI⁸. Mais precisamente, a discussão maior sobre o tema gira em torno da identificação da causa do fenômeno no processo de acumulação do capital. É possível demonstrar que grande parte do debate – tanto o clássico, como o contemporâneo – confundem formas específicas de manifestação da crise com a sua causa⁹. O que importa aqui é demonstrar que se trata de um fenômeno regular e necessário na dinâmica capitalista e, para tanto, deve-se

⁵ “Este requisito costuma ser contornado pelas teorias através da introdução de choques exógenos na análise, ou seja, acontecimentos conjunturais, não pertencentes necessariamente à lógica da acumulação de capital, podem reverter as fases de crescimento/recessão no seu contrário, provocando as crises/recuperações” (Carcanholo, 2010a: 42).

⁶ Para usar uma imagem não muito rigorosa, mas bem elucidativa, é como se a teoria deve-se explicar porque “o capitalismo entra em crise porque cresce, e porque ele cresce porque entrou em crise”!

⁷ As principais vertentes são a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a tese do subconsumo e a das desproporções. Para mais detalhes ver Carcanholo (1996).

⁸ A lista do debate contemporâneo é muito extensa. Para uma tentativa de tratamento desse debate ver Cipolla (2010).

⁹ É a hipótese que norteia o trabalho em Carcanholo (1996).

especificar o que de fato ele significa, isto é, o seu conteúdo e, a partir disso, demonstrar que a sua causalidade é dada pelas próprias leis (dialéticas, de tendência) de funcionamento da economia capitalista.

Em primeiro lugar, deve-se notar que as crises são o resultado do desenvolvimento das contradições próprias do modo de produção capitalista. Especificamente, como observa Marx na seção I do livro II de *O Capital*¹⁰, o processo de circulação do capital é uma unidade contraditória entre o processo de produção do valor-capital e o seu processo de realização¹¹, que ocorre na esfera da circulação de mercadorias, em uma linguagem atual, no mercado. O que a fase de aceleração da acumulação de capital faz é, justamente, potencializar a autonomia relativa desses dois processos, de forma que a produção e a realização exacerbam sua oposição como se fossem dois processos independentes. Esse aprofundamento da contradição estoura (se explicita) na crise. Como afirma Marx, ao criticar a teoria da acumulação de Ricardo e a apologética burguesa:

“En las crisis del mercado mundial estallan las contradicciones y los antagonismos de la producción burguesa...La sustantividad que revisten dos momentos [compra e venda] coherentes entre sí y que se complementan es violentamente destruida” (Marx, 1980, vol. II: 461).

Por outro lado, é justamente na crise que a unidade entre os dois processos substantivados um em relação ao outro se restabelece. A tendência de exacerbação do processo de produção do valor-capital - como se este, para ser acumulado em escala ampliada, independesse de sua realização no processo de circulação das mercadorias - encontra seu limite¹² na crise, quando sua inadequação do processo de realização, isto é, a unidade que forma junto com este no modo de produção capitalista fosse recobrada. Desta forma, a crise, ao mesmo tempo em que é o momento de irrupção da contradição (processo de produção do valor-capital), significa, dialeticamente, o restabelecimento de sua unidade (na totalidade do modo de produção de capitalista)¹³. Marx é explícito ao afirmar isso em dois momentos:

¹⁰ “O processo global se apresenta como unidade de processo de produção e processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação e vice-versa” (Marx, 1988, vol. III: 70).

¹¹ Esta contradição é o resultado do desenrolar dialético da contradição básica do capitalismo, própria de sua forma de manifestação mais aparente, a mercadoria, que se dá entre o valor e o valor de uso que a constituem. Para tanto ver Ribeiro (2008).

¹² Marx resgata a dialética barreira – limite nos Grundrisse, quando procura mostrar que, no capitalismo, a barreira se apresenta como uma contingência que deve ser superada pela própria processualidade do capital: “El capital, empero, como representante de la forma universal de la riqueza – el dinero – constituye el impulso desenfrenado y desmesurado de pasar por encima de sus propias barreras. Para el, cada limite es y debe ser una barrera. En caso contrario dejaría de ser capital, dinero que se produce a sí mismo...El límite cuantitativo de la plusvalía se le presenta tan sólo como barrera natural, como necesidad, a la que constantemente procura derribar, a la que permanentemente procura rebasar” (Marx, 2009, vol. 1: 276-277).

¹³ Wolff (1978: 48 – itálico original) afirma que “... Marx speaks of the unity of production and circulation, of extracting surplus value and of *realizing*. Crisis is finally the disruption of the unity, the disruption of accumulation.” Ademais, a crise não é apenas a ruptura da unidade, mas também uma (re)afirmação da unidade dos contrários. O próprio Wolff acaba reconhecendo isto, quando diz mais adiante: “For Marx, unities produce disunities which produce reunifications: accumulation produces crisis which recommences accumulation”.

“El proceso total de circulación o el proceso total de reproducción del capital constituye la unidad de su fase de producción y de su fase de circulación un proceso que recorre ambos procesos como sus fases... Si aparecieran disociadas sin entremesclarze en unidad, no sería posible, en efecto, restablecer su unidad por la fuerza, no podría darse la crisis. Si formasen una unidad, sin desglosarse, no sería posible desglosarlos por la fuerza, lo que, a su vez, es la crisis. [Ésta] es el restablecimiento por la fuerza de la unidad entre [momentos] sustantivados y la sustantivación por la fuerza de momentos que esencialmente forman una unidad.” (Marx, 1980: 472).

E, ainda, de forma mais sintética, no famoso capítulo XV do livro III de O Capital, quando o autor trabalha de forma mais direta a temática: "as crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado." (Marx, 1988, vol.IV: 179).

Com isso, tem-se que o processo de acumulação de capital, em sua totalidade, tem a impulsão a uma produção ilimitada de valor-capital, ao desenvolvimento de um consumo (capacidade de realização desse valor-capital) abundante¹⁴, e ao estabelecimento de barreiras para que essa realização se efetive. Este é precisamente o conteúdo das crises no capitalismo: (i) produção ilimitada de mercadorias; (ii) consumo abundante, e (iii) barreiras/limites para que o consumo realize o valor-capital produzido. Tudo isso tendo como origem o mesmo processo, as leis do modo de produção capitalista:

“A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e sua autovalorização apareçam como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente...” (Marx, 1988, vol.IV: 180).

A causa das crises, no capitalismo, estaria, portanto, na própria lógica de seu funcionamento, nas suas leis (de tendência), em sua dinâmica. A finalidade do capital, quando percorre seu processo de circulação, que engloba tanto o momento da produção quanto o da circulação de mercadorias (mercado), é sua constante valorização, e não a satisfação das necessidades sociais, que se manifestam, de uma forma ou de outra, na circulação de mercadorias. Assim, a crise ocorre porque o processo de produção e o de realização tem lógicas próprias, distintas, que só se adéquam dentro da unidade (dialética) do processo total.

A divergência entre o caráter ilimitado da produção do valor-capital e sua realização na esfera do consumo ocorre porque o objetivo do capital é a apropriação da mais-valia na forma de lucro, e esta se concretiza no plano da individualidade, isto é, segundo a lógica privada que

¹⁴ Ao contrário do que pensa a tese subconsumista, as crises no capitalismo não ocorrem porque exista pouca demanda (consumo). O processo de produção de valor-capital, ao transformar este em rendimentos das classes sócias que conformam o capitalismo, e por estar sujeito à tendência de reprodução ampliada, cria um consumo (capacidade de realização) abundante. Entretanto, “la *superproducción general* tendrá lugar no porque los obreros consuman relativamente *demasiado pocas* mercancías o los capitalistas demasiado pocas de las mercancías que han de ser consumidas, sino porque de *ambas* se ha producido demasiado; *no demasiado para el consumo*, sino para asegurar *la relación correcta entre el consumo y la valorización; demasiado para la valorización*” (Marx, 2009, vol. 1: 402 – itálicos originais).

caracteriza a esfera da circulação de mercadorias, independentemente das necessidades sociais do consumo. A produção – inclusive o seu caráter social – é uma característica de qualquer modo de produção. Só que este caráter social dos trabalhos privados, na época histórica específica do capitalismo, é intermediado pelas trocas de mercadorias que ocorrem na esfera da circulação e, nesta, realização e apropriação têm como característica a propriedade privada, independente do caráter social da produção: “a causa do aparecimento de crises no modo de produção capitalista é a divergência entre as condições de produção e as de realização (apropriação). É a divergência entre o caráter social de uma e o caráter privado da outra” (Carcanholo, 1996: 181).

2- Crise dos anos 60/70 do século XX e Capitalismo Contemporâneo

Se o que foi desenvolvido até aqui faz algum sentido, a atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo só pode ser um desdobramento dialético das contradições do capitalismo que foram desenvolvidas nesta fase histórica. São as contradições do capitalismo contemporâneo que provocaram a atual crise estrutural¹⁵ no processo de acumulação do capital. E o capitalismo contemporâneo, a lógica de seu processo de acumulação, é, por sua vez, consequência das formas como o capitalismo saiu de sua última – antes desta – crise estrutural.

A última crise estrutural do capitalismo data do final dos anos 60 do século passado¹⁶. Independente de sua especificidade histórica, como qualquer outra crise do capitalismo, ela representou uma superprodução de capital (superacumulação)¹⁷ e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso. Como visto, não se trata de um excesso em relação às necessidades sociais manifestas no consumo, mas excessivo

¹⁵ O termo crise estrutural pode gerar alguns enganos. Não se trata de uma crise terminal, que levará o capitalismo, inexoravelmente a sua própria destruição. Tal interpretação fatalista, determinística, teleológica é completamente estranha a Marx, que entendia as leis de tendência do capitalismo em um sentido dialético. Para ele, as crises do capitalismo são cíclicas: “Aqui, hay que distinguir. Cuando A. Smtih explica la baja de la tasa de ganância por la *superabundance of capital, accumulation of capital*, se trata de un efecto *permanente*, y esto es falso. En cambio, [hay] transitoriamente *superabundance of capital*. Superproducción, crisis, es algo distinto. Crisis permanente no existe” (Marx, 1980: 457, nota a – itálicos originais). Para um sentido diferente do termo crise estrutural, às vezes de forma confusa, ver Mészáros (2009). *Crise estrutural*, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir (novas) bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente estaria obrigado a modificar radicalmente as bases estruturais do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento.

¹⁶ Equivocadamente, e de forma majoritária, costuma-se entender a crise dos anos 70 (e não a partir do final dos 60!) como se fosse um fenômeno provocado por: (i) ruptura unilateral em 1971 por parte do governo americano da conversibilidade do dólar em ouro (fim do sistema monetário de Bretton Woods); (ii) primeiro choque dos preços do petróleo em 1973. Na verdade, os primeiros sinais da crise vêm de 1968/69, com a redução dos indicadores de produção, a redução das taxas de lucro, a queda da formação bruta de capital fixo, a elevação das taxas de desemprego e inflação. Para maiores detalhes sobre essa crise e uma crítica da mistificação apologetica da teoria econômica convencional ver Mendonça (1990).

¹⁷ “Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau de exploração abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises destruição de capital” (Marx, 1988, vol. IV: 183).

em relação às condições objetivas de manter a sua própria taxa de valorização, isto é, a taxa de lucro. Assim, superacumulação de capital em todas suas formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) e redução da taxa de lucro são duas faces do mesmo processo.

O fato é que o capitalismo, para (re)construir suas bases para um novo processo de acumulação do capital deve encontrar (novos) espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. Isto significa que as formas que o capital encontre para a saída de sua crise estrutural devem promover novos espaços de valorização e/ou a ampliação dos já existentes.

O capitalismo contemporâneo foi historicamente construído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado. Suas possibilidades, limites, lógica, só são inteligíveis a partir dessas respostas. Essa resposta incluiu: (i) processo de reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, eleva a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente da taxa anual ou periódica de lucro (Marx, 1988, vol. III, seção II); (ii) reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram no aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; (iii) aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados a concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por formas de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro; (iv) expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira, que estão na raiz do processo dado em (iii); (v) mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício.

Todo esse processo impulsionado, respaldado e referenciado por uma ideologia neoliberal que, não por casualidade histórica, se torna hegemônica nesse período histórico, e pelas práticas de política impulsionadas a partir desse referencial.

Cada um desses elementos constituintes da resposta do capital para sua crise estrutural dos anos 60/70 do século passado é importante o suficiente para exigir um tratamento rigoroso e pormenorizado dos seus efeitos. Entretanto, consideramos que o último aspecto – sempre dentro do contexto total da resposta capitalista a sua crise – nos permite destacar um dos elementos cruciais na identificação da lógica específica do comportamento do capitalismo contemporâneo.

O entendimento categoria capital fictício em Marx só é possível dentro do que o autor chama de autonomização/substantivação das formas do capital (Marx, 1988, vols. IV e V, seções IV e V). Esta temática, ao contrário do que se possa imaginar, não é um corolário das leis gerais de funcionamento do capital total, a partir do qual frações específicas do capital apresentariam especificidades. Para Marx, faz parte da legalidade do capital total o fato de que as formas que este

utiliza para se apresentar nos distintos momentos de sua circulação ganhem uma autonomia relativa de funcionamento, de maneira que as formas que o conteúdo-capital utiliza para se manifestar na circulação de mercadorias (dinheiro e mercadorias) e no processo produtivo (capital-produtivo), de meras adjetivações do substantivo capital, se substantivam, isto é, apresentam uma lógica própria, que se subordina à totalidade do modo de produção capitalista, como não poderia deixar de ser, de forma dialética.

É possível demonstrar que o capital fictício é o desdobramento dialético do que este autor chama de capital de comércio de dinheiro, passando pelo capital a juros e culminando no capital fictício¹⁸, no sentido de que a unidade contraditória do capitalismo expressa pelo processo de produção e o de apropriação do valor se acentua¹⁹.

Quando a lógica de emprestar uma determinada massa de capital, tendo como contrapartida a remuneração via juros, se generaliza na sociabilidade capitalista, todo rendimento obtido a partir de uma determinada taxa de juros aparece como se fosse resultado da propriedade de um capital com essa possibilidade. No limite, todo direito a apropriação de rendimento futuro, qualquer que seja a sua origem, passa a aparecer como a remuneração de uma propriedade de capital, exista este ou não. De fato, tanto é assim que esse direito de apropriação futura pode até ser repassado (vendido) no mercado para outros indivíduos, que adquirem esse direito de apropriação futura, em troca de uma determinada massa de valor-capital.

Como diz Marx (1988, vol. V: 04), dada uma taxa de juros de mercado igual a 5% ao ano, “considera-se, assim, toda receita fixa anual de 25 libras esterlinas como juro de um capital de 500 libras esterlinas”, quando este último, na realidade, nem existia²⁰. Ou melhor, se constitui (passa a existir) com base na promessa de apropriação de uma fração de valor que ainda nem foi produzida. Para o proprietário individual, que comprou o direito de apropriação futura de valor, constitui, de fato, seu capital. Entretanto, do ponto de vista da totalidade do capitalismo, constitui um capital fictício, já que possui como base a mera expectativa de algo que pode nem se constituir.

É dentro dessa lógica que o processo de liberalização (desregulamentação e abertura) dos mercados financeiros se constitui. Todo o processo de inovações financeiras (criação e expansão de instrumentos financeiros que, em sua grande maioria, nada mais significam que títulos de crédito que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido), incluindo

¹⁸ Além das seções citadas de O Capital, uma discussão mais sintética do assunto pode ser encontrada em Paineira e Carcanholo (2009).

¹⁹ Note-se que isso significa um aprofundamento justamente da contradição dialética que origina as crises no capitalismo.

²⁰ “Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida” (Marx, 1988, vol. V: 05).

aqui o famoso mercado de derivativos²¹, se desenvolve a partir dos anos 70 do século passado, e se acelera desde então, como uma forma do capitalismo criar/encontrar/aprofundar espaços de valorização para uma massa de capital que estava, naquele momento, superacumulada, isto é, havia sido produzida em excesso, para além das condições de manutenção das taxas de lucro então observadas.

Esse processo constitui uma resposta fundamental do capitalismo para a sua crise estrutural anterior tanto pela constituição de um espaço adicional de valorização para o capital superacumulado, quanto pelo efeito que isso tem sobre a redução do tempo de rotação do capital total, como visto, também um dos elementos de reconstituição do processo de acumulação de capital naquele momento.

Todavia, a lógica crescente do capital fictício não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua própria constituição, não participa diretamente do processo de produção do valor. Portanto, o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção. Quando uma massa crescente do capital se especializa na mera apropriação de valor, e este não é produzido na mesma magnitude, prevalece a *disfuncionalidade* do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício, em sua funcionalidade e *disfuncionalidade* para o capital total, nos permite entender de alguma forma o capitalismo contemporâneo. Enquanto prevaleceu a funcionalidade, em conjunto com os outros elementos da resposta do capitalismo para sua crise, o capitalismo apresentou alguma dinâmica de acumulação²². A nova crise estrutural do capitalismo, neste início de século XXI, se explica justamente pelo predomínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total. Ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo que são aprofundadas pela sua dinâmica de acumulação na contemporaneidade. É disso que se trata a seguir.

3- A atual crise do capitalismo contemporâneo e seus impactos

O estouro da crise já vinha sendo ensaiado de antes. Pode-se identificar um prenúncio no estouro da bolha especulativa das ações ligadas às empresas de alta tecnologia, as chamadas

²¹ Tecnicamente, derivativos são instrumentos financeiros constituídos (preço e lógica de transação no mercado) com base em outros ativos (bens ou instrumentos financeiros), que lhes servem de referência. Portanto, tem-se aqui a base para o crescimento exponencial de títulos de dívida, com base em títulos de dívida, ou seja, expansão da massa de capital fictício em função da já existente; direitos de apropriação sobre um valor ainda não produzido, com base já em direitos de apropriação sem relação direta com a produção de valor.

²² Não dá para sustentar, nem de longe, que esse momento de retomada da acumulação do capital no pós-crise dos anos 60/70 tenha alcançado as taxas de crescimento do ciclo anterior. O capitalismo da era neoliberal, mesmo com toda a ofensiva política e ideológica contra os trabalhadores, não conseguiu retomar as taxas de acumulação do período anterior. Para mais detalhes ver Baruco e Carcanholo (2006).

pontocom, na virada do século passado para o atual. Esse estouro obrigou a massa de capital fictício ali superacumulada - que sobreviveu àquela crise localizada - a encontrar novos espaços de valorização. O que ocorreu foi um redirecionamento para o mercado de financiamento de imóveis, principalmente o americano.

Tendo como base todo o processo de desregulamentação financeira e bancária, que também faz parte do elenco de resposta do capitalismo a sua última crise estrutural, os bancos passaram a ter maior liberdade tanto para a captação de recursos (emissão de passivos) quanto para a alocação desses recursos em distintos ativos. Ou seja, a atuação das instituições financeiras deixou de ser regulada/controlada como vinha sendo até os anos 60 do século passado. O crescimento do mercado imobiliário teve como sustentação exatamente o financiamento via empréstimo bancários com base em crédito hipotecário, ou seja, um financiamento que traz como garantia para o credor os próprios imóveis adquiridos.

Com isso, os preços dos imóveis apresentaram uma substantiva elevação, dado que as condições de oferta de financiamento se expandiram sobremaneira, o que melhora as condições para os tomadores de crédito. Aliado a isso, deve-se destacar que a economia mundial no início do século XXI apresentou consideráveis taxas de crescimento da renda, o que permitiu melhores perspectivas de pagamento para os mutuários. Por outro lado, e até como consequência do processo de desregulamentação no setor, expandiu-se mais do que proporcionalmente o crédito para o chamado segmento *subprime* do mercado, ou seja, para aqueles tomadores de empréstimo que não possuem tantas garantias de honrar os créditos, seja porque não possuem fonte de renda definida e estável, ou porque, quando têm empregos, são de baixa qualidade, temporários, instáveis.

Esse aumento dos preços dos imóveis propulsionou uma lógica auto-expansiva no mercado, típica do comportamento do capital fictício. Isso porque a elevação dos preços dos imóveis permitia aos tomadores de empréstimo, que necessitavam pagar suas hipotecas, saldá-las e ainda conseguir a apropriação de recursos adicionais, que eram utilizados na aquisição de novas residências, também com base no crédito hipotecário, o que elevava mais ainda a demanda no setor de imóveis, aumentando adicionalmente os preços, e assim por diante.

Essa lógica auto-impulsionada foi característica da economia mundial, e em específico da americana e européia, no início do século XXI. Em última instância, a lógica da acumulação e do crescimento seguiu um círculo “virtuoso”, onde a riqueza (renda) obtida nesses mercados especulativos expandia o consumo das famílias, que incentivava maior produção, que requeria maior emprego, que gerava mais renda (rendimentos), permitindo maior expansão da riqueza (fictícia), elevação adicional do consumo...

Enquanto esse processo foi acompanhado de elevação da oferta de capital monetário, que sancionava a maior demanda por dinheiro para sancionar as transações, e a expectativa era de

prosseguimento de alta dos preços, o círculo “virtuoso” continuou. No momento em que a demanda por capital monetário não foi acompanhada pelo financiamento que permitia a rolagem dos passivos (dívidas) e, mais importante, a massa de capital fictício ali acumulada não via mais sustentação na alta dos preços, o processo se reverteu. O momento de baixa no ciclo desse mercado (principalmente a partir do *subprime*) se deu quando a elevação da inadimplência nas hipotecas, junto com a elevação das taxas de juros americanas, em 2004, redundaram na redução dos preços dos imóveis e da oferta de crédito imobiliário, o que elevou ainda mais a inadimplência, e transformou o círculo “virtuoso” em vicioso. Era a manifestação da crise (financeira) atual porque passa o capitalismo contemporâneo²³.

Por que prenúncios anteriores, como na bolha das empresas *pontocom*, não se desdobraram na mesma intensidade, contaminando mercados, países, e levando o capitalismo mundial a uma nova crise estrutural? Basicamente, porque os bancos credores daquelas hipotecas possuíam esses títulos de crédito que, com o estouro da crise, são desvalorizados imediata e intensamente e, como eles também devem honrar os seus passivos, e o fazem na expectativa de retorno de seus investimentos, criou-se um problema de falta de recursos nessas instituições para poder honrar os débitos que elas tinham assumido. Isso por um lado. Por outro, na tentativa de revender as hipotecas, procurando se antecipar ao movimento de queda dos preços, eles acabaram gerando um excesso de oferta nos mercados que, justamente, forçou os preços para baixo! Isso agravou a intensidade da crise, ao mesmo tempo em que fez com que os credores desses bancos (normalmente também instituições financeiras) também apresentassem os mesmos problemas

Deve-se acrescentar outro agravante. Em função da expansão dos derivativos financeiros, vários instrumentos financeiros foram criados com base nesses mercados. Assim que os créditos de hipoteca sofrem a desvalorização por conta do estouro da crise, o seu efeito se espraia por todos os seus derivativos, uns em maior grau que outros, contaminando rapidamente os mercados financeiros e todos os agentes que neles estão inseridos. A crise no mercado *subprime* americano rapidamente se desdobra em uma crise dos mercados financeiros internacionais e, como consequência, da economia mundial capitalista.

Essa nova crise estrutural do capitalismo - fruto de suas contradições que foram exacerbadas pela lógica do capitalismo contemporâneo - não se restringiu às economias centrais.

Entre 2002-2007, período onde prevaleceu a funcionalidade do capital fictício, as economias, inclusive as periféricas, viveram um momento onde o cenário externo foi extremamente favorável²⁴. Em primeiro lugar, o momento de alta no ciclo do mercado de crédito internacional

²³ Uma boa análise da crise financeira atual, em suas manifestações concretas, pode ser encontrada em Gontijo e Oliveira (2011).

²⁴ Muitos desses países, ou melhor, de seus governos de plantão, chegaram a acreditar que os problemas estruturais de sua dependência tinham sido resolvidos, como se uma mera configuração de um cenário conjuntural reverterse por si só

propiciou, por um lado, a considerável entrada de capital externo (especulativo e na forma de inversão direta), pressionando para baixo as taxas de câmbio dessas economias (e um controle da inflação em virtude do caráter mais barato das importações) e um considerável acúmulo de reservas internacionais, em alguns casos em quantidades superiores até aos compromissos externos mais prementes; por outro lado, o momento de alta nesse mercado levou a uma forte redução das taxas internacionais de juros que aliviaram as condições de financiamento externo, e permitiram certa margem para a redução das taxas domésticas de juros. Em segundo lugar, no mesmo período, a retomada do crescimento da economia mundial permitiu a esses países uma forte expansão de suas exportações, seja pela elevação dos preços de seus produtos exportáveis²⁵, seja por o *quantum* de exportação também se elevou.

Com o estouro da crise mundial em 2007/2008 o cenário externo se transformou. A grande entrada de capitais externos, característica da fase anterior, se reverteu, e as taxas internacionais de juros deixaram de cair. Assim, as economias periféricas passaram a conviver com uma forte instabilidade cambial (e, nos momentos de desvalorização da taxa de câmbio, com pressões inflacionárias), redução no estoque das reservas internacionais, redução nos preços dos produtos exportados que, em conjunto com a desaceleração do volume de exportação, implica problemas nas contas externas. Estes últimos, naquelas economias que dependem fortemente da remessa de imigrantes que foram procurar empregos nas economias centrais, e passaram a viver a falta de postos de trabalho, como é o caso das economias mexicana e centro-americana, se agravaram pela drástica redução nessa transferência de recursos. Tudo isso em um mercado de crédito internacional destroçado.

O efeito da crise para as economias periféricas foi agravar o quadro conjuntural de uma inserção na economia mundial que já é, por razões estruturais, dependente e subordinada ao comportamento do centro da acumulação mundial de capital.

4- O pós-crise: a saída do capital e seus desdobramentos para a classe trabalhadora e os países periféricos

Qual é o quadro atual? De que forma os efeitos da crise que estourou em 2007/2008 permitem, para o capital, reconstruir bases para uma nova acumulação? Por que alguns analistas

séculos de problemas estruturais. Para uma análise crítica desse otimismo exacerbado para o caso brasileiro do governo Lula ver Carcanholo (2010b).

²⁵ É fundamental destacar que, nesse período, grande parte das economias periféricas vivenciou um forte processo de reprimarização de sua pauta exportadora, o que significa que parte crescente de suas exportações se dava justamente por produtos que experimentavam as maiores altas nos preços internacionais, basicamente as chamadas *commodities*. Aliás, o comportamento dos preços desses produtos, inclusive das *commodities* alimentares, também é explicado pela atuação do capital fictício nesses mercados. Não coincidentemente, no momento da crise, estes mercados também vão apresentar o mesmo comportamento (Painceira e Carcanholo, 2009).

afirmam que a economia vive, hoje em dia, uma nova crise, dada, sobretudo, pela explosão das chamadas dívidas soberanas²⁶ na zona do Euro?

O cenário pós-crise - incluindo todos os seus efeitos econômicos, políticos e sociais - tornou-se propício à discussão das chamadas alternativas, isto é, como construir novas formas de funcionamento da economia mundial, de maneira a contornar o momento turbulento por que ela passa. Chegou-se a falar que as políticas neoliberais estavam derrotadas, pois se tratava de uma crise provocada pela sua implementação. Tratava-se agora de garantir maiores espaços de atuação para os Estados, para o setor público, restringindo a liberdade dos agentes privados nos distintos mercados, o que teria acontecido em função das políticas neoliberais de desregulamentação e liberalização dos mercados, sobretudo os financeiros²⁷.

Independente desse discurso pseudo-crítico, o que se vê na atualidade não é a morte da ideologia neoliberal. Mais importante do que isso, a “alternativa” concreta que os governos dos distintos países estão construindo reflete uma “saída” que não é contrária à lógica do capitalismo contemporâneo, mas funcional para a sua manutenção. Aliás, essa “saída” – que não tem nada de alternativa – é que explica esta segunda onda da crise, manifesta pela falta de credibilidade na rolagem da dívida soberana das economias européias.

Como visto, a conseqüência das crises em uma economia capitalista é a desvalorização do capital superacumulado na fase de crescimento anterior. Essa desvalorização do capital, até por força da atuação da concorrência entre os capitais no pós-crise, se dá ou pela “destruição” de uma massa desse valor-capital superacumulado, basicamente em função da redução de seus preços, ou então pelo simples fato de boa parte desse capital ficar parado, ocioso, o que é uma negação da própria lógica do capital que só se efetiva em movimento. Assim,

“Como se resolveria novamente esse conflito e se restabeleceriam as condições correspondentes ao movimento “sadio” da produção capitalista? A forma da resolução já está contida na mera formulação do conflito de cuja resolução se trata. Ela implica na colocação e alqueive e até mesmo um aniquilamento parcial de capital, num montante de valor de todo o capital adicional ΔC ou então de parte dele” (Marx, 1988 vol. IV: 182).

Entretanto, dada a lógica predominante no capitalismo contemporâneo de atuação do capital fictício, e em função das características da crise atual, isso implicaria na quebra de grande parte das instituições financeiras com esse tipo de atuação²⁸. Como do ponto de vista da economia política de

²⁶ Dívida soberana nada mais é do que um neologismo para a dívida que é assumida por um Estado, ou seja, dívida pública.

²⁷ Tudo isso embute um profundo desconhecimento sobre o que é a ideologia e a prática neoliberais (Baruco e Carcanholo, 2006). Em verdade, por mais que o discurso ideológico neoliberal seja dado para a finalidade de liberdade de atuação dos mercados, em nenhum momento suas políticas efetivas significaram redução do papel do Estado na economia. Ao contrário, essa atuação só aumentou. O que se modificou foi a forma de atuação.

²⁸ A crise financeira iniciada em 2007/2008 atingiu grandes instituições bancárias, como Bear Stearns, Merrill Lynch e o Citygroup. A atual fase da crise também sinaliza para a quebra de instituições, até pouco tempo, consideradas sólidas do ponto de vista financeiro.

sustentação das classes dominantes isso é algo que não faz parte do elenco de alternativas para o pós-crise, a forma como o capitalismo procurou sair da crise conjugou três elementos.

Em primeiro lugar, como se trata de uma superacumulação de uma massa de capital que se especializa apenas na apropriação de uma mais-valia que ele não produz, uma primeira exigência para a retomada da acumulação, sem a desvalorização necessária, é a expansão da massa de mais-valia produzida, de forma que esta consiga, de alguma forma, se adequar ao montante de títulos de apropriação superproduzidos no período. Isso implica aumentar sobremaneira a taxa de mais-valia, isto é, a taxa de exploração do trabalho, de todas as formas possíveis: (i) arrocho salarial puro e simples; (ii) maior destituição de direitos da classe trabalhadora como forma de reduzir o valor da força de trabalho; (iii) prolongamento da jornada e/ou da intensidade do trabalho, sem a correspondente elevação salarial; (iv) avanço na reestruturação produtiva, com implicações sobre a rotação do capital e jornada/intensidade do trabalho. Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego. Na verdade, trata-se de impor o “ajuste” da crise à classe trabalhadora.

Em segundo lugar, a massa de capital superacumulado, como sempre, necessita de (novos) espaços de valorização. Tampouco é ocasional que, neste momento, retorne o discurso por uma maior reforma do Estado, com maiores privatizações, reduções dos gastos públicos em rubricas de cunho social, e aprofundamento das reformas previdenciárias. Trata-se de criar/expandir mercados para a atuação desses capitais sobrantes.

Por último, enquanto os dois primeiros elementos não são concluídos, e os seus efeitos para a elevação das taxas de mais-valia e de lucro não é observado – uma vez que isso leva realmente um tempo considerável – é necessário que exista algum contrapeso para a tendência à desvalorização desse capital fictício superacumulado. Ou seja, como existe uma forte pressão de venda desses papéis, se não aparece um agente que contrabalance isso do ponto de vista da demanda, o excesso de oferta implicará a redução dos preços desses títulos, provocando a desvalorização brutal desses ativos. Como essa alternativa não é considerada pela classe dominante, a “monetização” desse capital fictício superacumulado ou, em um jargão mais tecnocrata, o fornecimento da liquidez necessária para dar estabilidade aos mercados financeiros, é papel fundamental do Estado, dentro de uma lógica capitalista que, com todas as intermediações imagináveis, faz desta instituição também um elemento de dominação de classe.

Como o Estado faz isso? Basicamente, trata-se de destinar uma fração crescente do orçamento público para a atuação nos mercados financeiros no sentido de comprar (ou dar alguma garantia para) esses ativos com excesso de oferta. Ou seja, garante-se a ampliação dos recursos

públicos para o salvamento das instituições financeiras com problemas de liquidez/solvência. De que forma o Estado consegue essa ampliação de recursos? Por um lado, pode ser pela redução com outros tipos de gasto, por exemplo, e dentro da mesma lógica, dos gastos com custeio e sustentação de políticas sociais. Por outro, pelo lançamento de títulos públicos adicionais no mercado que, ao possuírem maiores garantias de retorno para seus compradores, apresentam uma atratividade muito maior nos contextos de crise.

Acontece que, do ponto de vista das contas públicas, isso leva necessariamente a ampliação da dívida pública e, portanto, ao comprometimento futuro das receitas estatais. Assim, a elevação brutal das dívidas públicas, por toda a economia mundial, é um reflexo da forma de atuação dos Estados na tentativa de contornar os efeitos da crise. Ao contrário do discurso tradicional, a elevação das dívidas soberanas não é consequência da natureza perdulária dos Estados, do inchaço de contratações e remunerações no setor estatal, da ampliação sobremaneira das políticas públicas. A responsável pela explosão das dívidas soberanas é a tal “monetização” do capital fictício garantida pelo Estado.

O que se vive hoje em dia, portanto, não é uma nova crise da economia mundial, em função da maior presença do Estado, que deveria, como sempre, ser combatida. Ao contrário, esta segunda onda da mesma crise – iniciada lá em 2007/2008 – é consequência da natureza de sustentação da lógica do capital fictício que o Estado capitalista promove dentro do capitalismo contemporâneo e, no momento de sua crise, continua aplicando. Esta é a natureza dos problemas atuais vividos na zona do euro, na Grã-Bretanha, Estados Unidos, e por toda a economia mundial, em umas regiões mais em outras menos.

Os impactos dessa nova onda da crise para a classe trabalhadora são claros. A saída do capitalismo para mais esta crise estrutural passa pelo aumento do desemprego e da taxa de exploração do trabalho, com resultados óbvios para os trabalhadores, pela destinação crescente de recursos públicos para tentar estabilizar os preços dos ativos “podres”, o que significa a redução da parcela de gastos estatais com políticas sociais, e por uma forte pressão por ajuste fiscal e reforma tributária. Esta última é discutida não em termos de readequar a capacidade de arrecadação do Estado, desconstruindo o caráter regressivo da incidência de impostos proporcionalmente maiores para a classe trabalhadora, o que implicaria elevar a incidência de impostos diretos sobre a renda dos mais ricos, sobre a riqueza (propriedade patrimonial) e sobre lucros e dividendos. A verborragia tecnocrática continua sendo a redução da carga tributária (desde que seja sobre empresas e capitais, o que nem sempre é explicitado) e o controle dos gastos públicos, obviamente não aqueles destinados à rolagem da dívida pública, justamente a rubrica que garante a “monetização” e remuneração do capital fictício.

No que se refere aos países periféricos ou dependentes, o atual momento do capitalismo contemporâneo tende a aprofundar a inserção dependente dessas economias na lógica da acumulação mundial de capital. São justamente nos momentos de crise que o processo de concorrência entre os distintos capitais exacerba seu lado conflitivo. Isto exacerba os mecanismos que fazem com que uma parcela da mais-valia produzida pelas economias dependentes seja apropriada e acumulada nas economias centrais, exigindo do capitalismo periférico a maior elevação ainda das taxas de mais-valia para dar-lhe alguma dinâmica interna. Por outro lado, a minguagem dos mercados centrais faz com que as economias dependentes, que tiveram o processo de reprimarização de suas exportações aprofundado no período, sofram a grande instabilidade dos preços de seus principais produtos exportáveis, cada vez mais determinados pela lógica do capital fictício. Com a retração dos mercados para suas exportações e, também como consequência da crise, a baixa no mercado de crédito internacional, necessário para financiar as contas externas estruturalmente desequilibradas, o cenário externo para as economias dependentes é de piora em suas inserções subordinadas ao capitalismo mundial.

Proposições nacionalistas de recorte mais weberiano, que mistifiquem a categoria *Nação* como o principal ator, são um grande perigo para o momento atual das lutas anticapitalistas²⁹. Estratificação e luta de classes continuam sendo a principal característica fundante do capitalismo, por mais que elas sejam intermediadas por outras instâncias, inclusive o Estado. Utilizar-se (e tensionar a partir) dele, sempre que possível, é uma arma que não se pode desprezar. Mas desconsiderar que o principal sujeito anticapitalista continua sendo a classe que mais sofre as consequências desta sociabilidade significa não aproveitar as tensões e confrontações sociais que já estão em marcha em escala mundial. Conforme Marx deixa claro,

“El *valor de uso* opuesto al capital en cuanto valor de cambio puesto, es el *trabajo*. El capital se intercambia, o, en este carácter determinado, sólo está en relación, con el *no-capital*, con la negación del capital, respecto a la cual sólo él es capital; el verdadero no-capital es el *trabajo*” (Marx, 2009, vol. 1: 215).

Se essa classe trabalhadora vai tomar consciência de si (e para si), propor-se a construir uma alternativa concreta anticapitalista, e essa proposição vai se efetivar historicamente é algo que só a História poderá nos mostrar; felizmente!

Bibliografia

Baruco, Grasiela C. e Carcanholo, Marcelo D. (2006) Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, Sociedade

²⁹ “É, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (Marx, 1988, vol. V: 275).

- Brasileira de Economia Política (SEP), Vitória (http://www.sep.org.br/artigo/1_congresso/106_3da141a5c716406b6a21f688b3fa5d5b.pdf).
- Carcanholo, Marcelo D. (1996) Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista. Programa de Pós-graduação em Economia, UFF Dissertação de Mestrado, Niterói.
- Carcanholo, Marcelo D. (2010a) A Crise Atual e o Papel do Capital Fictício. *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, n.8, maio, pp. 41-60.
- Carcanholo, Marcelo D. (2010b) Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. Em: Magalhães, J. P. de A. (Org.) *Os Anos Lula: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Cipolla, Francisco P. (2010) Interpretações Marxistas da Crise Atual. *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política, SEP, São Luis* (http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/1918_f74620a394ff3332d7b29fdb3a9f1484.pdf).
- Gontijo, Cláudio e Oliveira, Fabrício A. de (2011) Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil. Belo Horizonte. (http://www.portaldoeconomista.org.br/userfiles/file/Subprime_Vers%C3%A3o_2011.pdf).
- Lawson, Tony (1997) *Economics and Reality*. London: Routledge.
- Marx, Karl (1980). *Teorías sobre la Plusvalía – tomo IV de El Capital*. 3 volumes, primeira edição, México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, Karl (1988). *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, terceira edição, São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, Karl (2009) *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. 3 volumes, segunda edição, México: Siglo XXI Editores.
- Mendonça, António (1990). *A Crise Económica e sua Forma Contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho S.A.
- Mészáros, István (2009) *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Painceira, Juan P. e Carcanholo, Marcelo D. (2009) *A Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício*. *Anais do XXVII Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia – ALAS*, Buenos Aires.
- Ribeiro, Nelson R. (2008) *A Crise Econômica: uma visão marxista*. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.
- Wolff, Richard D. (1978). *Marxian Crisis Theory: structure and implications*. *Review of Radical Political Economics*, vol.10, n.1.